



Avaliação e justiça social: reflexões sobre complexidade, participação e dinâmicas de poder a partir da participação no 15ª Conferência Europeia de Avaliação

Juliana Moraes
Move Social

No mês de setembro, foi realizada a 15ª Conferência Europeia Bienal de Avaliação, intitulada “*Melhor juntos: ação e pensamento colaborativo para melhores avaliações*”¹. O evento, ocorrido em Rimini, na Itália, reuniu cerca de 1000 pessoas, entre as quais 400 apresentaram trabalhos na área, buscando expandir o debate sobre como a colaboração entre disciplinas, setores e perspectivas pode levar a avaliações mais eficazes e transformadoras, promovendo mudanças sociais significativas. Visando contribuir para as discussões, apresentei um trabalho intitulado *Avaliação e justiça social: uma experiência de avaliação culturalmente responsiva com análise interseccional*.

Com base nas discussões que acompanhei no evento, este texto busca refletir sobre questões que foram amplamente abordadas, em grande parte centradas em temas como Sistemas Complexos, Participação, Responsabilidade e Transformação.

No campo da avaliação de políticas, projetos e programas socioambientais, diversas teorias e metodologias apresentam diferentes objetivos, como produção de conhecimento, prestação de contas, transparência e utilidade, entre outros. Essas teorias foram desenvolvidas em contextos históricos variados e atendem a necessidades específicas. Contudo, o campo avaliativo, independentemente da teoria, possui uma finalidade comum: contribuir para um tecido social fortalecido, garantindo direitos e, assim, promovendo justiça social.

Com isso, muitas teorias foram desenvolvidas ou revisadas, e, de modo geral, elas se concentram em quatro pilares principais: o método, o uso, a valoração² e, mais recentemente, as necessidades e o contexto³ – este último, trazido por avaliações com enfoque decolonial. Esses pilares incluem inúmeras metodologias que detalham caminhos para conduzir processos avaliativos.

Embora historicamente a discussão sobre o rigor nas avaliações tenha se centrado no método, ao longo dos anos percebeu-se que, para viabilizar aprendizagens e caminhar rumo à justiça social, as teorias avaliativas precisam atender a diferentes dinâmicas sociais, reconhecendo que a realidade é complexa e que as relações estão no centro de qualquer política, programa ou projeto social. Focar exclusivamente em parâmetros e métodos rígidos ignora o fato de que os contextos são dinâmicos e que situações emergem de forma imprevisível. Isso exige flexibilidade

na implementação de iniciativas (políticas, programas, projetos), bem como nos processos avaliativos. Nesse sentido, o conceito de rigor avaliativo foi ampliado. Michael Quinn Patton, um dos principais autores na área de avaliação de programas, afirma que o rigor está na garantia de que a avaliação produza evidências que atendam às necessidades da tomada de decisão em um contexto específico, respeitando as dinâmicas locais. Ou seja, o rigor está na capacidade da avaliação ser útil.

No entanto, refletir sobre a utilidade da avaliação implica considerar que há sempre múltiplas partes interessadas em um processo avaliativo: financiadores de programas ou projetos, responsáveis pela implementação das intervenções e aqueles que recebem as intervenções. Trata-se de públicos distintos, com necessidades diferentes, compondo uma dinâmica onde existe um grande desequilíbrio de poder: quem decide, afinal, o que é prioritário?

As dinâmicas de poder no contexto de avaliação no campo socioambiental representam um desafio para os avaliadores e avaliadoras. Conduzir um processo avaliativo que faça sentido para todos os envolvidos exige capacidade de leitura social, flexibilidade e tempo. Exige também sensibilidade para definir os parâmetros que serão utilizados para valorar um projeto, um programa ou uma política.

A gênese da avaliação está nos valores que ela representa; portanto, é importante nos distanciarmos do passado colonial e sua lógica instrumentalizante e nos aproximarmos dos saberes locais que contextualizam as avaliações. É fundamental decolonizar o pensamento, ampliar nosso entendimento de mundo e as lentes que orientam nosso olhar. Nesse sentido, aumentar a participação potencializa a aprendizagem, mas exige abertura, capacidade (pessoas e recursos), empatia e valorização de diferentes saberes.

Avaliar é um ato político, que demanda responsabilidade e sensibilidade para lidar com as dinâmicas dos territórios. A perspectiva de mudança sistêmica sugere que qualquer sistema possui internamente a força necessária para transformar-se. As iniciativas que trabalham a partir dessa visão devem identificar e fortalecer as forças que têm o potencial de tornar o sistema mais saudável. A avaliação também deve colaborar para esse processo.

¹ Tradução livre. O evento foi intitulado *Better Together: Collaborative thought and action for better evaluation*.

² Third edition of the evaluation tree (Alkin, 2013)

³ Chilisa, B. Indigenous research methodologies, Sage 2019; and The indigenous science paradigm, IFADdiscussion forum (2023)